



Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas

Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

ParlAmericas

Ano II Número 3 Versão em português



Na Assembléia Geral da OEA, o FIPA procurou afirmar meios de cooperação entre as duas organizações

Missão cumprida no Panamá

Integrantes do Comitê Executivo do FIPA, acompanhados por três membros da seção canadense, participaram na Cidade de Panamá, no Panamá, da XXXVII sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A missão teve o intuito de fortalecer os laços entre os Parlamentos americanos e essa instituição, identificar novos mecanismos de colaboração que incluam os legisladores e sobretudo para que se obtenha o status que permita aos membros do FIPA assistir às reuniões da OEA e das cúpulas interamericanas na qualidade de observador especial.

Nesses três dias de intensa atividade – de 3 a 5 de junho, os deputados James Bezan (Canadá) e Stanford Callender (Trinidad e Tobago), e o senador Ricardo García Cervantes (México), membros do Comitê Executivo do FIPA, tiveram audiência com os chefes de delegação do Canadá, Costa Rica, Guiana, México e Trinidad e Tobago. Também se encontraram com o secretário geral da OEA, José Miguel Insulza. Os membros do Comitê Executivo visitaram ainda o Legislativo panamenho,

onde tiveram uma reunião com o presidente da Assembléia Nacional do Panamá, Elías Castillo, e outros deputados.

Ao final de cada uma das reuniões os dirigentes do

tratou sobre energia para o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, as sessões das assembléias gerais da OEA não prevêem a participação dos legisladores.

Sem dúvida, o

Foto: FIPA



Com o marco do Canal de Panamá, a OEA incentivou discussões continentais.

FIPA entregaram uma declaração contendo um resumo de iniciativas para se avançar no processo de colaboração FIPA-OEA. Essa declaração foi aprovada em Brasília, Brasil, durante a reunião do Comitê Executivo do FIPA.

A Assembléia Geral da OEA congrega anualmente os ministros de Relações Exteriores de 34 países americanos. Este ano, o tema central dos debates

fortalecimento das relações com os Parlamentos é tema recorrente para a OEA. Um exemplo foi que em recente resolução sobre a promoção e o fortalecimento da democracia, a Assembléia Geral recomendou apoiar aos poderes Legislativos dos Estados membros “em seus esforços de modernização e fortalecimento institucional, assim como na cooperação interparlamentar e diálogo para o tratamento legislativo de temas prioritários da

agenda interamericana”. No Departamento de Assuntos Democráticos e Políticos da OEA, está previsto um programa de capacitação para deputados que iniciam a vida pública. O programa será realizado na Guatemala logo depois de concluídas as eleições legislativas.

Da mesma forma, um dos objetivos do FIPA é promover uma maior colaboração com a OEA. Nesse aspecto e atendendo convite do Secretário Geral da OEA, membros do Comitê Executivo visitarão próximamente Washington, a fim de afirmar meios efetivos de cooperação futura entre as duas organizações.

Neste número:

Uma lei brasileira para criar empregos	2
Suplemento Mulheres em ação	3-6
O Parlamento de Trinidad e Tobago	7
O Comitê Executivo no Brasil	8
Repúdio a assassinatos	8
Reunião FIPA-COPA	8
Sobre o FIPA	8



Uma lei brasileira que promove o emprego

Em novembro passado, durante a V Assembléia Plenária, em Bogotá, Colômbia, os legisladores do FIPA propuseram uma série de medidas visando comprometer seus membros a legislar para reduzir a pobreza. Queremos compartilhar uma iniciativa nesse sentido, que já é lei, aprovada pelo Parlamento brasileiro.

Tratar os diferentes de forma desigual. Com este espírito, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou em dezembro do ano passado, uma lei que trata as micros e pequenas empresas – aquelas que têm faturamento até R\$ 2,4 milhões (US\$1,1 milhão) de forma diferente. A nova lei simplifica o registro de novas empresas, reduz imposto numa faixa que varia entre 15% a 45%, simplifica o pagamento desses impostos, permite que os pequenos se reúnam em consórcios de compra e venda e que possam participar de leilões de compras oficiais até R\$ 80 mil.

Essa lei foi debatida entre representantes da sociedade, do Governo e teve no parlamento brasileiro um grupo que se dedicou de forma especial a esse trabalho – desde os primeiros debates até o processo de regulamentação que ainda não terminou. O deputado Luiz Carlos Hauly, presidente do FIPA, foi o responsável pela negociação que durou dois anos e resultou nessa lei.

Entusiasmado, ele informa que as micro e pequenas empresas representam 98% do mercado gerador de emprego e 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

Com a aplicação da lei, a expectativa, no médio prazo, é de que 1 milhão de

grandes diferenças sociais, culturais e econômicas entre os Estados. O Rio Grande do Norte, um dos mais pobres, registrou um balanço positivo entre fechamento, abertura e reativação de micro empresas, ação diretamente ligada à aceitação da Lei Geral das Micro

de lançamento da Comissão Especial para tratar do tema, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP, uma instituição que representa os empresários paulistas) entregou documentos contendo 100 mil assinaturas de apoio à

Fotos: Rodrigo Moreira, Agência Sebrae de Notícias (ASN)



As micro e pequenas empresas garantem mais vagas. Por isso, a lei brasileira busca sua incorporação ao mercado formal.

pessoas que atuam na informalidade se registrem como empresas, gerando 2 milhões de empregos. Esses números provocarão uma reviravolta no sistema tributário brasileiro, pois as pequenas empresas vão pesar no processo de enriquecimento da sociedade e distribuição de renda, portanto da redução da pobreza, conforme as metas previstas pela Organização das Nações Unidas, o mesmo compromisso assumido pelos países membros do FIPA.

Números positivos

País de dimensão continental, o Brasil tem

e Pequenas Empresas por parte do empresariado.

Para que todos aceitem e apliquem corretamente a lei em sua respectiva atividade – indústria, comércio e serviços, a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem sido essencial. O Serviço treina contabilistas para que eles possam repassar as informações num processo contínuo de capacitação para melhor aplicar a Lei. Antes, promoveu audiências públicas em todos os Estados para que os empresários pudessem apresentar suas reivindicações. Na cerimônia

essa Lei.

Com escritório nos 26 Estados e no Distrito Federal, o Sebrae incentiva o empreendedor a montar seu próprio negócio de forma racional. Os técnicos treinam, orientam quanto ao mercado consumidor e busca de recursos financeiros. Também acompanham o desenvolvimento para corrigir erros no processo de construção da nova empresa. Hoje, um dos bons resultados é a organização da pequena produção, em regiões carentes.

Por Ana Maria Mejia, assessora do deputado Luiz Carlos Hauly, Câmara dos Deputados do Brasil





Mulheres em ação

Suplemento ParlAmericas 2007

Quatro páginas com artigos sobre os avanços na equidade de gênero na América

Comprometidos a fortalecer o diálogo interparlamentar, apresentamos um suplemento com 4 páginas mostrando as conquistas da equidade de gênero na América.

Escrito por mulheres

parlamentares, cada artigo focaliza um "caso de sucesso".

Esperamos que estas práticas, normas e legislação sirvam, tanto como lição, como inspiração para parlamentares que trabalham

no processo de promoção da equidade de gênero. Além disso, encorajamos a todos parlamentares que nos apresentem "casos de sucesso" neste processo.

Foto: Senado da Colômbia



Cecilia López Montaña

Colômbia: a união faz a força

Por conta do convite do FIPA para *compartilhar experiências*, e a importância de que, entre nós, nos apoiemos e aprendamos com as experiências vividas, as convidamos para compartilhar a valiosa experiência do nascimento de uma bancada de mulheres no Congresso Colombiano.

Durante a legislatura passada pudemos convocar todas as deputadas e senadoras de diferentes partidos políticos, para formar uma comissão especial de mulheres e assim trabalhar pela equidade de gênero, dos direitos sociais, laborais, pela saúde mental, sexual e reprodutiva das mulheres, meninas e adolescentes colombianas.

Essa iniciativa permitiu que em novembro passado, todas as congressistas assinassem o primeiro grande projeto de lei que fortalece os direitos da mulher na Colômbia, e a protege da violência, não só física, mas também mental, laboral e social. Estamos falando do único projeto sobre esse tema que pôde



Foto: Senado da Colômbia

Membros da bancada de mulheres no Congresso Colombiano.

reunir 25 assinaturas de membros dos mais diversos partidos políticos. Também vai ser a única que com essas características será aceita.

O importante é deixar claro que esta Comissão se constituiu para apoiar e providenciar medidas que aumentem a participação das mulheres na política em todos os níveis da economia; na sociedade e além disso, combatam os maus tratos, a discriminação social e contribuam para o

reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, adolescentes e meninas. Nesse sentido, agora se trabalhará em um projeto que reforme a Constituição e permita uma lei de cotas para os partidos políticos e também a criação de uma Comissão permanente da mulher no Congresso Colombiano.

É importante ainda ressaltar a participação das mulheres em debates essenciais para o futuro do país como o tratado de Livre Comércio

com os Estados Unidos e a Lei de Desenvolvimento Rural.

O quão importante é a participação da mulher na política? Questões como esta revelam a importância que pode ter a mulher no desenho de políticas e na melhora da qualidade de vida feminina. Por estas razões é importante deixar de lado as tendências políticas que nos separam e nos unirmos em prol do melhoramento e elaboração de Políticas Públicas feitas por nós mesmas, a favor de nossos direitos.

Cecilia López Montaña é senadora da Colômbia e presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

No suplemento:

A lei de cotas na Argentina	4
Dezesseis dias de ativismo	4
Pela equidade nos cargos de direção	5
A participação feminina na Antígua e Barbuda	6



A lei de cotas na Argentina

Desde a sanção da Lei 13.010 de 1947 que reconheceu o direito das mulheres ao voto, nenhuma lei teve tanta importância simbólica nem estimulou um debate tão intenso sobre a igualdade de gênero na política e nos processos de tomada de decisões na Argentina como a Lei 24.012 de “cota feminina”, sancionada em 6 de Novembro de 1991, norma que abriu o caminho para a aprovação de outras similares em outros nove países da América Latina.

A lei argentina estabelece que um mínimo de 30% dos candidatas das listas fechadas das 24 circunscrições eleitorais do país devem ser mulheres, e estas mulheres devem ocupar postos nos quais

possam ser efetivamente eleitas. As listas que não cumprem com a Lei são recusadas.

Na Argentina, a Lei de Cotas significou uma ação positiva que melhorou a visibilidade da mulher no espaço público, permitiu sua real integração em ambas as Câmaras Legislativas e facilitou seu acesso a cargos executivos democraticamente eleitos. Entretanto, só se conseguiu que ela fosse cumprida levando os partidos perante os tribunais.

Mesmo que os partidos tenham finalmente respeitado e cumprido com a Lei, em sua maioria o fizeram de maneira minimalista, incluindo as mulheres nos postos mais baixos permitidos por Lei e impossibilitando sua

integração nas mesas diretoras de seus órgãos de condução partidária. Para evitar que isso ocorresse, propôs uma modificação da Lei 23.298 de partidos políticos para garantir a aplicação da cota feminina na vida interna dos partidos políticos e plena integração da mulher em suas instâncias de condução.

Excetuando a Lei de Cota e casos isolados a exemplo da Constituição da Cidade de Buenos Aires e a designação de duas mulheres na Suprema Corte de Justiça, ainda carecemos em nosso país de legislação que estabeleça ações positivas em razão de gênero para os poderes Executivo Nacional ou Provincial e de políticas ativas que promovam a participação da mulher nos

Foto: Congresso da República Argentina



Alicia Tate

diferentes âmbitos da atividade política pública e privada.

Não obstante, legislando cotidianamente com medidas de ação positiva estamos forjando novos conceitos de igualdade, de legitimidade democrática e de cidadania feminina.

Alicia Tate é deputada pela República Argentina

Dezesseis dias de ativismo

Em 7 de novembro de 2006 a Câmara dos Deputados da República Dominicana aprovou uma lei que põe em marcha a campanha nacional denominada “Dezesseis dias de ativismo em combate à violência contra a mulher”. Essa lei surge como resultado de uma iniciativa que liderei junto com a deputada Minerva Tavárez Mirabal.

A lei formaliza a participação do Estado na campanha internacional por dezesseis dias de ativismo, iniciada pelo Centro para Liderança Mundial da Mulher (Center for Women’s Global Leadership) em 1991. Os dezesseis dias começam em 25 de novembro, Dia Internacional da eliminação da violência contra a mulher, e finalizam no Dia Internacional dos Direitos

Humanos, 10 de dezembro, simbolicamente unindo a violência contra as mulheres à violação de direitos humanos.

O dia 25 de novembro marca a morte das irmãs Mirabal — ativistas dominicanas assassinadas em 1960 durante o regime de Trujillo; e símbolos do feminismo em todas as partes da América desde os anos 80. Como reconhecimento às irmãs Mirabal, é que as Nações Unidas escolheram o dia 25 de novembro como o Dia Internacional da eliminação da violência contra a mulher.

A campanha por dezesseis dias de ativismo convida organizações e governos a trabalharem juntos para promover consciência sobre a gravidade da violência de gênero, que continua sendo

um tema preocupante em nossa região. Em meu país, por exemplo, e somente entre 1º de janeiro e 25 de novembro de 2006, foram registrados 158 homicídios femininos e 8.404 denúncias de violência contra mulheres.

Além de fortalecer o compromisso de nosso Estado com os dezesseis dias de ativismo, esta nova lei recomenda a criação de uma comissão com representação do Executivo, Legislativo e membros da sociedade civil, para fortalecer a coordenação de atividades e campanhas anuais a fim de maximizar sua eficácia e estender a mensagem de que a violência contra a mulher deve terminar.

Até o momento, aproximadamente 1.700

Foto: FIPA



María Estela de la Cruz

organizações em 130 países participaram da campanha pelos dezesseis dias de ação. Considerando a seriedade deste tema, convoco vocês, meus colegas, a estabelecer ou apoiar a campanha dos dezesseis dias em todas as partes da América e nos ajudar a por um ponto final na violência contra as mulheres em nossa região e no mundo.

María Estela de la Cruz é presidente da Comissão de Gênero da Câmara dos Deputados da República Dominicana.



Procurando equidade nos cargos de direção

Nas últimas décadas, as mulheres ocuparam cada vez mais cargos políticos e executivos e houve progresso na promoção da igualdade de gênero.

Entretanto, as mulheres – de forma significativa – continuam subrepresentadas em conselhos de administração, um fator que nega a elas o lugar a que têm direito de tomar decisões e impede que inúmeras organizações contem com suas qualidades inestimáveis: talento, perspectiva e experiência.

No Canadá e nos Estados Unidos, estima-se que somente cerca de 12% dos cargos de diretoria são ocupados por mulheres, enquanto a média internacional permanece abaixo de 10%, segundo o Departamento de Pesquisa em Investimento Ético (Ethical Investment Research Service).

Uma das principais barreiras ao acesso das mulheres aos níveis de diretoria é a opinião comum de que entre administradores executivos, faltam mulheres qualificadas para preencher esses cargos, mesmo quando toda tentativa de mostrar os fatos confirma o contrário. No Canadá, por exemplo, um estudo recentemente publicado "Mulheres na Liderança" (Women in the Lead) fez uma lista de 550 mulheres que possuíam todas as qualificações necessárias e até superiores para a diretoria empresarial.

Em nível institucional, outras barreiras incluem tudo, desde a confiança depositada nas redes de

contatos pessoais que excluem mulheres, passando pela hesitação em nomear mulheres, preconceitos sistêmicos de gênero até a falta de oportunidades de orientação.

Entretanto, existe um fato bem estabelecido segundo o qual, a diversidade – quando bem administrada – permite a tomada de melhores decisões e que a diversidade de gênero está associada a uma performance financeira mais sólida, o que faz muito sentido – principalmente sentido comercial – e que permite que companhias

órgãos legislativos determinaram que as companhias estatais e públicas deveriam ter 40% de mulheres nas suas diretorias. A Espanha também deu grandes passos nessa direção: os legisladores exigiram que, até 2008, as diretorias das empresas contassem com 40% de mulheres.

Além dos esforços por parte dos órgãos legislativos para trazer mudanças, há outros métodos que ajudarão a colocar mais mulheres nas instâncias executivas. Em primeiro lugar, as

Foto: FIPA



A mudança da legislação é importante para elevar o número de chefias.

incentivem uma representação feminina mais importante nas suas diretorias. O problema está em determinar a melhor maneira de fomentar mudanças de atitude que levará ao resultado desejado – Mudanças não ocorrerão sem pressão.

Na minha opinião, a solução começa com a legislação e podemos observar alguns países para colher alguma inspiração para esse tema. Na Noruega, por exemplo, os

mulheres devem criar redes para orientar diretoras de alto escalão e ajudá-las a desenvolver a competência e a experiência necessárias para ocupar cargos de diretoria. Em segundo lugar, as mulheres devem educar a si mesmas a respeito de governança empresarial e métodos de recrutamento. Em terceiro lugar, as diretorias devem ser incentivadas a profissionalizar seus processos de nomeação criando, entre outras coisas,



Céline Hervieux-Payette

cadastro de mulheres qualificadas para garantir maior diversidade de gênero entre seus membros.

A governança empresarial esclarecida e a genuína democracia precisam atrair mulheres em todos os níveis para garantir que tanto o governo quanto as empresas possam aproveitar da qualidade que as mulheres - acima de tudo - trazem à mesa: liderança baseada na discussão, consenso, transparência e honestidade.

Incentivo todas as minhas colegas do FIPA a tratarem dessas questões nas próximas semanas e meses para considerar e implementar soluções que garantirão uma representação equitativa para as mulheres diretoras em todo o continente. Dessa forma, as condições econômicas e a qualidade de vida dos nossos cidadãos melhorarão de forma significativa.

Céline Hervieux-Payette é líder da Oposição no Senado do Canadá. Ela deixou recentemente a presidência do FIPA e ocupa vários cargos de diretoria.



A participação feminina na Antígua e Barbuda

Em março de 2004, eu me tornei a primeira mulher, na história de Antígua e Barbuda, a ser eleita para a Câmara de Representantes. Este artigo dá uma visão geral das mudanças que estão ocorrendo no meu país, em que as mulheres vão ocupando pouco a pouco o lugar que lhes pertence na sociedade.

Desde minha eleição em 2004, houve um compromisso conjunto com a promoção da igualdade de gênero por parte do novo governo e mais mulheres estão obtendo justo reconhecimento e vêm desempenhando os mais altos cargos do governo.

Hoje, as mulheres ocupam os cargos de presidente do Senado e da Câmara de Representantes, de Comissário de Polícia, de Ouvidor, de Diretor Geral do Turismo, de Diretor da Juventude e de Embaixador para a Organização dos Estados Americanos (OEA) e América Latina. Desde 17 de julho/2007 Antígua e Barbuda passou a ter uma mulher como sua governadora-geral, Louise Lake-Tack.

A ocupação de tais cargos por mulheres não simbolizam apenas meras “moedas de troca”, mas representam o reconhecimento de mulheres que demonstraram capacidade e qualificação para ocupar os mais altos escalões governamentais e que possuem competência para servir a nação de Antígua e Barbuda.

Além disso, três mulheres já apresentaram suas candidaturas para concorrer

às próximas eleições gerais daquele país que estão constitucionalmente marcadas para Março de 2009.

São passos significantes que estão ocorrendo em Antígua e Barbuda, demonstrando que as mulheres começaram a lutar para ocupar novas posições. Elas deixam de ser donas-de-casa e lutam por cargos de alta relevância.

Em 1989, o Governo assinou e ratificou a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos das Crianças em 1993,



Deborah-Mae Lovell, de Antígua e Barbuda, preside o Conselho Permanente da OEA

instrumentos reconhecidos como os dois mais importantes na luta em defesa dos direitos humanos, que estabelecem normas de padrão de proteção para garantir os direitos das mulheres e crianças.

A disposição do Governo em eliminar a discriminação contra as mulheres foi novamente demonstrada em abril de 2006, com a ratificação do Protocolo

Opcional da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres, nos tornando um dos cinco países do Caribe que a ratificaram.

Antígua e Barbuda assinou também a Convenção de Belém de Pará da OEA, outro importante instrumento de erradicação da violência doméstica. Nós temos atualmente uma Lei contra Violências Sexuais, uma linha telefônica acessível 24 horas e abrigo de emergência para a solução de questões das mulheres,

Foto: Juan Manuel Herrera, OEA

todos dirigidos pela Diretoria de Assuntos de Gênero.

Nas escolas do país, a avaliação das mulheres em relação aos homens continua obtendo melhores resultados tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e mais mulheres estão ingressando nas universidades e escolas de ensino superior. Entre 1995-2006 a Coordenação de Educação concedeu

Foto: Parlamento de Antígua e Barbuda



Doutora Jacqui Quinn-Leandro

1.600 bolsas de estudo para o ensino universitário, sendo 1.038 para mulheres.

A conjunção de tais fatores nos faz crer num futuro melhor, pois significa que mais mulheres estão se preparando para assumir cargos de liderança e gerenciamento na atividade pública, em negócios e assuntos políticos em Antígua e Barbuda.

Pode ser argumentado que mais mulheres em cargos do alto escalão não significa, necessariamente, que isto se traduza em uma melhor política de igualdade de gênero, ou programas e a edição de leis sobre este tema.

Contudo, é importante que se tenha massa crítica percorrendo os corredores do poder de modo que se efetue mudanças na sociedade, as quais poderão ter impacto e benefícios para as mulheres da sociedade de Antígua e Barbuda.

A Doutora Jacqui Quinn-Leandro é ministra de Trabalho, da Administração pública e de Empoderamento de Antígua e Barbuda e presidente da Comissão interamericana de mulheres (CIM), da OEA.



Parlamento de Trinidad e Tobago

Foto: Departamento de Comunicação, Parlamento de Trinidad e Tobago

Ex-colônia britânica, a República de Trinidad e Tobago tem um sistema parlamentar padronizado de acordo com o sistema "Westminster" de governo parlamentar, que é composto de um Chefe de Estado (Monarca ou Presidente), de um grupo executivo formado por membros da legislatura e guiado pelo líder do partido que tem bancada majoritária, de partidos de oposição e de uma legislatura uni ou bicameral. O Parlamento de Trinidad e Tobago é caracterizado como bicameral.

Os membros do parlamento são eleitos em eleições periódicas gerais. Eles são considerados representantes, e não delegados instruídos dos eleitores. O Executivo presta contas ao Parlamento e só pode gastar o orçamento aprovado por ele. A liberdade de expressão, os debates e os procedimentos legais são assegurados contra contestações em qualquer tribunal ou local fora do Parlamento, e os direitos da minoria na Câmara são protegidos.

A Câmara dos Deputados é composta de 36 membros eleitos, representando suas regiões eleitorais, e do presidente. Cada um possui um mandato parlamentar de no máximo cinco anos. O número de membros eleitos aumentará para 41 durante a eleição geral marcada para o final deste ano.

O Senado é composto de 31 Senadores indicados pelo Presidente: 16 Senadores da base aliada indicados por aconselhamento do Primeiro Ministro, 6 Senadores da

oposição e 9 Senadores Independentes indicados pelo Presidente a seu próprio critério para representar vários setores da sociedade civil. Deve-se notar que o Presidente do Senado é eleito entre os 16 Senadores indicados por conselho do Primeiro

Ministro. O mandato de um Senador acaba quando o Parlamento, que constitucionalmente dura cinco anos, é dissolvido. Porém, a indicação para o cargo de Senador pode ser revogada pelo Presidente, aconselhado por vários líderes ou a seu próprio critério durante esse período.

O Parlamento é o órgão legislativo por excelência do Estado. Uma vez que constitucionalmente o Parlamento inclui o Presidente, o Senado e a Câmara dos Deputados, todos os três estão envolvidos no processo de elaboração de leis.

Uma proposta de nova lei ou de emendas a uma lei existente é conhecida como projeto de lei e pode ser apresentada nas duas Casas, tanto na Câmara como no Senado (à exceção de projetos de lei relacionados a receita, que devem ser originados na Câmara dos Deputados). Um projeto de lei deve passar por vários estágios bem definidos em ambas as



A "casa vermelha" é a residência do Parlamento da República de Trinidad e Tobago.

Casas antes de se tornar lei. O processo começa com a apresentação de um projeto de lei e termina com a aprovação pelo Presidente, conseqüentemente unindo os três componentes do Parlamento: o Presidente, o Senado e a Câmara dos Deputados.

A maior parte das leis que conseguem ser aprovadas é elaborada pela Base Aliada, mas Membros individuais também podem propor leis sob a forma de projeto de lei de Membro individual.

Um Membro também pode usar vários mecanismos para

assegurar que as preocupações de seus eleitores sejam discutidas no Parlamento, incluindo o levantamento de questões de urgente importância pública e a criação de moções privadas para debate. O povo também exerce um papel na garantia de que seus interesses sejam abordados pelo Parlamento usando vários meios, como grupos de pressão, comentários na imprensa, lobbies e petições. Esse envolvimento público demonstra um interesse ativo no processo parlamentar.

Câmara dos Deputados (2002-2007)

- ◆ 37 deputados
- ◆ 7 mulheres
- ◆ 30 homens
- ◆ Principais partidos:
 - Movimento Popular Nacional 56 %
 - Congresso Nacional Unido 30 %
 - Congresso do Povo 14 %

Senado (2002-2007)

- ◆ 31 senadores:
 - 16 Senadores da Base Aliada
 - 6 Senadores da Oposição
 - 9 Senadores Independentes
- ◆ 12 mulheres
- ◆ 19 homens



A Executiva no Brasil

Foto: FIPA

Os membros do Comitê Executivo do FIPA atenderam ao convite de seu presidente, o deputado Luiz Carlos Haully, para se encontrar em Brasília, capital do Brasil, para um encontro de trabalho: a XVI reunião, em 1º de junho último.

Vindos do Canadá, do Chile, da Colômbia, do México, da República Dominicana e de Trinidad e Tobago os parlamentares membros do Comitê aproveitaram esse encontro em terra brasileira para iniciar os preparativos da sexta Assembléia Plenária.

Determinados a estreitar a colaboração com os governantes da região, os legisladores elegeram "energia e desenvolvimento sustentável" – tema central da Assembléia Geral da OEA no Panamá – como um dos três principais itens de discussão da Assembléia Plenária.

A questão da migração e os direitos humanos, o *dumping* e a violação da propriedade intelectual – temas objetos de



O Comitê Executivo no Brasil.

preocupação em todos os Parlamentos do continente – também serão debatidos durante a reunião plenária.

Além da Assembléia, os delegados deram o aval para a organização do segundo workshop sobre comércio para congressistas, após o sucesso experimentado em março, durante o primeiro seminário sobre comércio internacional.

A presidente do Grupo de Mulheres, a senadora colombiana Cecilia López Montaña, apresentou um projeto para uma conferência que poderia reunir, em 2008, mulheres parlamentares do continente em torno do tema da inclusão social.

Repúdio a assassinatos

Profundamente chocados pelo assassinato de 11 deputados provinciais colombianos detidos há cinco anos pelas Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Comitê Executivo do FIPA condenou, numa declaração datada de 17 de julho, os atos deploráveis perpetrados no departamento de

Valle do Cauca em junho passado. Os representantes do FIPA apelaram, também, para a criação de uma comissão internacional que pudessem colaborar na recuperação dos corpos das vítimas para que fossem entregues as suas famílias, segundo o direito humano internacional.

COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

Presidente

- Deputado Luiz Carlos Haully, Brasil

América do Norte

- Senador Ricardo García Cervantes, México
- Deputado James Bezan, Canadá

América Central

- Deputado Héctor Julio Pérez Rojas, Guatemala
- Deputada María Estela de la Cruz, República Dominicana

Caraibas

- Senadora Brenda Hood, Granada
- Deputado Stanford Callender, Trinidad e Tobago

América do Sul

- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez, Colômbia
- Deputado Iván Moreira Barros, Chile

Ex-presidenta do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Senadora Cecilia López Montaña, Colômbia

País anfitrião da Assembléia Plenária

- A confirmar

Sobre o FIPA

O Fórum Interparlamentar das Américas é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos, que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

Reunião FIPA-COPA

Representantes do FIPA e da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) se reunirão na cidade de Quebec, no Canadá, em 29 de outubro de 2007. Esse encontro terá a finalidade de se examinar "as estruturas apropriadas em vista de uma possível integração das duas organizações", de acordo com a resolução adotada pela Assembléia Plenária na Colômbia, sobre a formação de um grupo conjunto entre FIPA e COPA.

FIPA
500-165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada
Telephone: 1 613 594-5222
Fax: 1 613 594-4766
info@e-fipa.org
www.e-fipa.org

O FIPA recebe apoio financeiro do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI).



FIPA é um colaborador do:



Centro Parlamentar
www.parlcent.ca

